

# As Forças Armadas e a Grande Guerra

Aniceto Afonso

*Coronel de Artilharia na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em História Contemporânea Portuguesa pela Faculdade de Letras de Lisboa. Foi professor de História da Academia Militar, diretor do Arquivo Histórico Militar e do Arquivo da Defesa Nacional.*

## Resumo

A Grande Guerra deflagrou na Europa nos primeiros dias de agosto de 1914 e só terminou com a assinatura do Armistício, em 11 de novembro de 1918, com 65 milhões de homens mobilizados, oito milhões e meio de mortos, 20 milhões de feridos, milhares e milhares de prisioneiros e desaparecidos. Guerra da liberdade ou guerra da pátria, a verdade é que todos pensaram a guerra como uma ação rápida, fulminante, com a ideia de “passar o Natal em casa”. Resultados? A guerra não desatou o nó górdio. Também não foi a última das guerras. O mundo novo tão prometido não passou de uma grande ilusão. A Grande Guerra não foi a guerra decisiva, foi uma guerra de passagem. O que os estrategas pensaram para cinco meses durou mais de três décadas.

Portugal deixou nos campos de batalha mais de oito mil mortos e mobilizou mais de cem mil homens. As suas forças foram divididas entre as expedições para Angola e Moçambique e o Corpo Expedicionário Português para França. Para Angola seguiram cerca de 10.000, para Moçambique cerca de 18.000 e para França mais de 50.000 homens. Outros foram para as ilhas Atlânticas e ainda outros asseguraram a defesa e a segurança do território português continental, dos portos e das rotas marítimas. Foi um esforço tremendo para Portugal e para as suas Forças Armadas.

## Abstract

### *The Armed Forces and the Great War*

*The Great War broke out in Europe in early August 1914 and ended with the signing of the Armistice on November 11, 1918, with 65 million men mobilized, eight and a half million dead, 20 million wounded, and thousands of prisoners and missing men. War for freedom or war for the motherland? The truth is that everyone thought the war would be quick, a fulminant action, with the idea of “spending Christmas at home”. Results? The war didn’t untie the Gordian knot and wasn’t the last war. The promised new world was nothing more than a grand illusion. The Great War was not the decisive war, it was a war of transition. What strategists thought would last five months, lasted more than three decades.*

*Portugal left on the battlefield more than 8,000 dead and mobilized more than a 100,000 men. Its forces were divided between Angola, Mozambique and the Portuguese Expeditionary Corps in France. To Angola were sent about 10,000, 18,000 for Mozambique, and to France more than 50,000 men. Others went to the Atlantic islands and others ensured the defense and security of the Portuguese mainland, ports and sea lanes. This was a tremendous effort made by Portugal and its Armed Forces.*

### **Da Implantação da República ao Início da Guerra**

Depois da implantação da República, os novos dirigentes portugueses sabiam que era necessário obter o reconhecimento do novo regime pelos outros governos. Mas também sabiam que esse reconhecimento dependia sobretudo da posição da Grã-Bretanha. Também outros problemas difíceis, como a ameaça espanhola e a situação nos territórios coloniais, dependiam, mais uma vez, da atitude inglesa.

Depois do 5 de Outubro, era urgente estabilizar a situação interna não permitindo um longo período de incerteza, com resistência significativa dos monárquicos. A eleição da Assembleia Constituinte, a aprovação da Constituição e as declarações de normalidade democrática e de cumprimento das normas inerentes ao relacionamento internacional, deixaram de fornecer argumentos ao adiamento do reconhecimento do novo governo português pela Grã-Bretanha.

Em menos de um ano, apesar das condições impostas pela Inglaterra e das diligências de Afonso XIII, a República Portuguesa passava ao concerto das nações, com muitos dos problemas e das incapacidades herdadas da Monarquia.

A questão do Império foi um problema de difícil solução. Qualquer medida exigia muitos capitais e largos consensos, assim como atenção ao clima internacional. A Inglaterra e a Alemanha negociavam a partilha do poder colonial, uma parte à custa dos territórios administrados por Portugal. A presença portuguesa nos seus territórios coloniais era diminuta, dispersa e, na opinião das grandes potências, insuficiente (Proença, 2009).

O crescimento do poderio alemão representou um enorme desafio para a Inglaterra, como potência dominante. Em especial em torno do desenvolvimento da sua esquadra e do alargamento das suas zonas coloniais. À medida que o poder alemão crescia, a hegemonia inglesa ia sendo posta em causa. Este enfraquecimento relativo acabou por se refletir na capacidade da Inglaterra assegurar aos seus aliados, incluindo Portugal, a proteção habitual, em especial no que se relacionava com o mar e o império colonial. Surgia assim, desde os finais do século XIX, um novo sistema de relações internacionais, que ia colocando em causa o “esplêndido isolamento” inglês e obrigando a Inglaterra a recorrer a alianças continentais, primeiro com a França e depois com a Rússia, assim como ia conferindo à Alemanha um novo papel internacional, determinada como estava a aumentar e consolidar os seus novos poderes. Ora, um pequeno país, como Portugal, devia aprender rapidamente a situar-se neste novo ambiente, o que nem sempre aconteceu com a devida oportunidade (Telo, 2010a).

Quando em 1914, num ambiente diplomático tenso, as unidades militares europeias se começaram a movimentar, Portugal pouco avançara nas suas capacidades de resistência a qualquer desafio sério – nem conseguira reformar o exército, nem construíra a nova esquadra naval, nem consolidara a defesa dos seus territórios coloniais. A República, como a Monarquia, confiava a sua defesa à Inglaterra, apesar

dos sentimentos antibritânicos de muitos republicanos, silenciados pelo superior interesse da República e pelos perigos que qualquer outra atitude poderia trazer. Neste tempo de mudança internacional, Portugal não tinha capacidade para definir uma atitude autónoma. Limitou-se por isso a seguir as orientações da diplomacia inglesa, mantendo-se neutral, sem declarar a neutralidade.

### **Grande Guerra - A Campanha Colonial de Portugal**

Depois do início da Grande Guerra, o governo português considerou que havia uma séria ameaça militar às suas colónias de Angola e Moçambique, por parte da Alemanha.

Esta potência tinha tropas nos seus territórios do Sudoeste Africano e da África Oriental Alemã, que eram vizinhos dos territórios portugueses. Nessas condições, independentemente da resolução da questão da beligerância portuguesa, o governo entendeu que devia mobilizar duas forças expedicionárias, que partiram para Angola e Moçambique no dia 11 de setembro de 1914.

Como dissemos, a partir dos finais do século XIX, as colónias portuguesas foram objeto de negociações entre a Alemanha e a Inglaterra, com o fim de satisfazer o projeto alemão de expansão colonial, em troca de uma divisão pacífica de poderes no novo sistema de relações internacionais.

O acordo anglo-alemão dizia, no seu artigo 8.º, “que se perigasse a vida ou os haveres de súbditos alemães ou ingleses, por motivo de distúrbios ou pela atitude das autoridades locais, e o Governo português não estivesse em condições de os proteger, o Governo britânico e o Governo alemão, depois de consultarem um com o outro, e depois de comunicarem ao Governo português, tomariam as medidas que entendessem necessárias para tomar a defesa dos interesses ameaçados”. Isto equivalia a dizer que Portugal dificilmente evitaria a realização das intenções alemãs, se o tratado não tivesse sido excluído por causa do início da guerra (Almada, 1946). Em 1914, Portugal ignorava o conteúdo concreto das negociações. A sua posição perante a guerra devia ser concertada com a diplomacia inglesa, mas devia ser proporcional às vantagens de ser aliado da Inglaterra, de ser um regime em vias de consolidação no concerto das Nações e de possuir um império colonial disperso e imprevisto para a sua própria defesa.

E embora a ideia intervencionista no teatro europeu não tivesse apoio unânime entre os republicanos, ninguém pôs em causa a mobilização de contingentes para a defesa das colónias.

A expedição militar que se destinava a Angola era comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas, oficial que tinha sido governador do distrito da Huíla, no Sul do território. Depois do desembarque as tropas deslocaram-se para a fronteira sul, deixando claro que o inimigo era as tropas alemãs do Sudoeste Africano. A expedição tinha um efetivo total superior a 3.000 homens, incluindo cerca de mil soldados

indígenas. Depois de uma longa e penosa marcha para o interior, as tropas instalaram-se nas zonas de mais provável penetração inimiga. As instruções de Lisboa eram rigorosas e obedeciam aos imperativos da política geral adotada pelo Governo português – Portugal não estava em guerra com a Alemanha!

Foi nestas circunstâncias que a iniciativa do ataque a Naulila, no dia 18 de dezembro de 1914, pertenceu aos alemães. Após várias horas de combate, as tropas portuguesas retiraram com pesadas baixas. Contudo, também as tropas alemãs recuaram para as suas bases, pelo que o combate não teve outras consequências.

Ainda antes do final do ano, pensou o Governo em reforçar as forças expedicionárias, de forma a opor-se a novas ações das forças alemãs e levar a cabo operações contra os povos revoltados do sul da colónia. Aliás, o reforço do dispositivo português tinha-se iniciado ainda antes dos acontecimentos de Naulila, com o embarque de um batalhão de Marinha em meados de novembro, seguindo depois novos reforços que elevaram para cerca de 5.000 o número de militares presentes no Sul de Angola.

O novo Governo atribuiu o comando destas forças ao general Pereira de Eça, a quem igualmente nomeou governador-geral. Após a sua chegada a Luanda, a 21 de março de 1915, dirigiu-se para o sul, iniciando desde logo a ocupação do Baixo Cunene. Entretanto, em 9 de julho, as tropas alemãs renderam-se perante o avanço das tropas sul-africanas, cabendo às forças portuguesas, a partir desse mês, executar apenas ações contra as revoltas no interior da colónia.

Também em Moçambique as tropas coloniais eram diminutas e mal preparadas. Após o início da guerra, a vizinhança da colónia alemã da fronteira norte não oferecia dúvidas sobre os perigos que Moçambique corria, se as suas defesas não fossem melhoradas. De certa forma, era essa a missão da primeira expedição. Todavia, como não lhe foram marcados objetivos concretos, os militares limitaram-se a ocupar a margem direita do rio Rovuma, construindo algumas vias de comunicação, ligações telegráficas e instalando postos de vigilância. O comandante era o tenente-coronel Massano de Amorim, com experiência colonial. O seu efetivo rondava os 1.500 homens, que as doenças tropicais enfraqueceram significativamente. Este facto, aliás, estender-se-ia a todas as outras expedições.

Foi, entretanto, organizada uma segunda expedição, que embarcou em Lisboa na companhia do novo governador-geral, Álvaro de Castro, sendo o seu comando atribuído ao major Moura Mendes, oficial sem experiência colonial. Chegando ao Norte de Moçambique nos princípios de novembro de 1915, logo se verificou continuarem as tropas expedicionárias a apresentar os mesmos defeitos – instrução deficiente, equipamento inadequado, fraco comando e péssimo apoio de serviços de saúde.

Longos meses se passaram sem que as tropas tomassem qualquer iniciativa, praticamente paralisadas pela época das chuvas e pelas doenças. Tal situação levará Ál-

varo de Castro a afirmar que “o destacamento expedicionário de 1915 não estudou a situação militar na fronteira e não preparou a resposta a qualquer eventualidade que surgisse, a declaração de guerra encontrou-o absolutamente desprevenido na sua missão” (Afonso, 1989).

Ocorreu, entretanto, uma mudança substancial de situação, com a declaração de guerra da Alemanha, o que permitiu a Álvaro de Castro estabelecer para as forças militares objetivos concretos. Estas ações iniciaram-se com a reocupação de Quionga, no extremo Nordeste de Moçambique, levada a cabo nos primeiros dias de abril, após a guarnição alemã ter abandonado a zona. A soberania portuguesa nesta pequena faixa de terreno viria a ser reconhecida pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas e restituída a Portugal, considerado seu proprietário originário e legítimo.

Depois de ocupar Quionga, Álvaro de Castro deu às tropas expedicionárias outros objetivos, como a cooperação com as tropas inglesas, com o fim de vencer as forças alemãs e conquistar uma pequena zona de território alemão, colocando em destaque a ação de Portugal junto das outras nações aliadas. Foram por isso levadas a cabo algumas operações, na tentativa de as tropas portuguesas cruzarem o rio Rovuma, com o apoio de algumas unidades da Marinha de Guerra. Mas a tentativa era demasiado custosa para as forças portuguesas, que se viram obrigadas a regressar às suas bases. Organizou-se então, em meados de 1916, a terceira expedição a Moçambique. Ela seria a mais forte de todas as expedições coloniais, integrando mais de 4.600 homens comandados pelo general Ferreira Gil. Depois da chegada ao Norte de Moçambique, a expedição retomou os objetivos anteriores. De certo modo, pode dizer-se que as maiores operações em Moçambique foram efetuadas na segunda metade de 1916. O período da ofensiva portuguesa protagonizada por estas tropas caracterizou-se pela travessia do rio Rovuma e por uma penetração em território alemão, com a tomada de Nevala. Todavia, a situação criada com o avanço das tropas portuguesas não resistiu à contraofensiva alemã, forçando o abandono dos postos conquistados, ainda antes do fim do ano.

Entretanto, iniciou-se uma grande ofensiva das tropas inglesas e belgas, a norte e a oeste da colónia alemã, que empurrou os alemães mais para sul e os obrigou a voltar os olhos “para o território português”, como recorda von Lettow-Vorbeck (1923), comandante das forças alemãs. Durante este tempo, a partir do início de 1917, outra expedição foi organizada, no compreensível desejo de evitar o avanço alemão e garantir a inviolabilidade das fronteiras da colónia. Durante a primeira parte do ano foi Álvaro de Castro que tomou pessoalmente o comando das operações militares, sendo substituído pelo coronel Sousa Rosa em meados de 1917. Perto do fim do ano, a 25 de novembro, as tropas alemãs iniciaram uma grande ofensiva em território português, com o fim de se libertarem da ofensiva inglesa, preservar as forças para futuras ações e proceder ao reequipamento em armas e

munições através de material capturado. A ação das tropas alemãs no interior de Moçambique estender-se-ia até aos finais de setembro de 1918. As tropas portuguesas, em cooperação com forças inglesas, combateram o inimigo, tanto quanto lhes foi possível, travando alguns combates de maior relevância.

Von Lettow, conduziu a guerra conforme as circunstâncias, em ordem a fixar efetivos inimigos na região, evitando que fossem utilizados em outros teatros, especialmente na Europa. Finalmente abandonou Moçambique e passou de novo à colónia alemã da África Oriental, em 28 de setembro de 1918, ficando assim o território português livre da presença de tropas inimigas.

O Armistício aproximava-se e com ele o fim da guerra, tão dolorosa e dura para os soldados portugueses, vítimas das condições de que se revestiu a sua preparação, a sua organização e o seu emprego militar.

Os contingentes militares portugueses que lutaram nos teatros da Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa como em África, não estavam preparados para participar na Guerra. Careciam de instrução, de material, de armamento, de organização e de disciplina. Também careciam de apoio político e de reconhecimento do seu estatuto e da sua importância.

Neste âmbito, e porventura noutros, os republicanos não estiveram à altura das responsabilidades que assumiram e das expectativas que criaram. Também os militares, acostumados a um longo período de paz, não estavam preparados para entenderem a profundidade da mudança e para participarem na reforma do sistema militar da República.

Nas colónias, tanto em Angola como em Moçambique, a ação dos contingentes militares portugueses está repleta de incapacidades, de improvisações e de debilidades, com divisão de responsabilidade entre os dirigentes político, as autoridades administrativas e os comandos militares.

Os atos de coragem, as pequenas ações militares conduzidas com dedicação e sabedoria, que também existiram, não podem deixar na sombra o grande fracasso da ação militar da República nas várias frentes de combate em que as tropas portuguesas estiveram presentes.

### **A Intervenção no Teatro Europeu**

Ainda antes da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, feita a 4 de agosto, o governo inglês pediu ao governo português “para se abster por agora de publicar qualquer declaração de neutralidade”. De certa forma, logo aqui ficou delineada a posição de Portugal perante o conflito: não declaração da neutralidade e inteira dependência da Inglaterra quanto à alteração desta primeira atitude. Essa posição perante a guerra – nem neutral, nem beligerante – manter-se-ia até 9 de março de 1916, dia em que, a seguir ao apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses, a Alemanha declarou guerra a Portugal (Fraga, 2010).

Foram dois anos de profundas disputas internas e extensos conflitos que envolveram as forças políticas, os poderes públicos, a sociedade inteira. Polêmica que, aliás, ultrapassará a própria declaração de guerra, mantendo-se até à assinatura do armistício, e mesmo para além dele.

Os republicanos saíram destroçados deste curto período de quatro anos. Dividiram-se quanto à intervenção militar de Portugal na Europa e não estiveram de acordo acerca da forma que a participação portuguesa deveria revestir. Muitos oficiais da força armada opunham-se à guerra, principalmente ao envio de tropas para o teatro europeu.

Mas, a partir da declaração de guerra da Alemanha, as medidas de mobilização foram aceleradas, vindo a sua concretização a pôr a nu as inúmeras dificuldades estruturais – em efetivos, em armamento, em equipamentos e, acima de tudo, em quadros.

Mas, sob a égide de Norton de Matos, regressado de Angola e nomeado ministro da Guerra, constituiu-se em Tancos a Divisão já mobilizada, a fim de receber instrução adequada à sua próxima entrada em campanha. A sua instrução fez-se em cerca de três meses, sendo dada como pronta em finais de junho.

O convite oficial do Governo britânico de 15 de julho de 1916, para que Portugal tomasse parte ativa nas operações militares dos aliados ainda conheceu oposições, mas as tropas portuguesas constituintes do Corpo Expedicionário Português (CEP) iniciaram o embarque em finais de janeiro de 1917.

O efetivo total do CEP nesta primeira mobilização foi de 1.551 oficiais e 38.034 sargentos e praças. Estes números viriam a subir para mais de 50.000 embarcados, quando se constituiu a 2.<sup>a</sup> Divisão, que permitiu completar o Corpo de Exército, com que Portugal concretizou a sua participação na frente europeia da guerra.

O CEP foi colocado em França através de sucessivos transportes marítimos entre janeiro e setembro de 1917, com desembarques no porto de Brest, e transporte em comboio até às proximidades da linha da frente.

Em França, depois de um alargado período de instrução e estágio nas linhas, foi atribuído ao CEP um setor na frente, situado na Flandres francesa, em frente da cidade de Lille, entre Armentières e Béthune. O CEP assumiu a responsabilidade total do setor português no dia 5 de novembro de 1917, sob o comando do 1.º Exército Britânico. Na opinião dos comandos ingleses era um setor bastante calmo, onde não se previa a ocorrência de grandes ações de combate, antes da próxima primavera.

O setor português era uma zona plana, tinha a forma de um quadrilátero irregular, com cerca de 12 km de trincheiras. Foi aqui que até 9 de abril de 1918, os soldados passaram por uma dura experiência de guerra, que marcou indelevelmente uma geração portuguesa.

As baixas na frente não resultavam apenas das grandes batalhas pela conquista de terreno, em que os mortos se contavam sempre pelos milhares; estavam tam-



bém associadas ao dia a dia das trincheiras, e resultavam de ataques de artilharia e morteiros, da ação de atiradores isolados, de *raids* nas linhas inimigas. As unidades portuguesas, antes do Corpo assumir em pleno o seu setor, tiveram 352 mortos em combate, entre abril e outubro de 1917.

Entretanto, em Portugal, a situação continuou a degradar-se. As dificuldades económicas agravaram-se, a escassez de subsistências continuou, tudo se conjugando para criar um clima social propício ao desenvolvimento de projetos conspirativos e violentos. Foi neste ambiente que, em 5 de dezembro de 1917, uma revolta militar saiu à rua, chefiada por Sidónio Pais. Em menos de três dias, os revoltosos conquistaram o poder e assumiram a direção política do País.

A nova situação não chegou a pôr em causa a continuação do empenhamento militar ao lado dos Aliados, tanto na Europa como em Moçambique, mas é sintomático da nova disposição dos dirigentes portugueses o facto de não se terem efetuado quaisquer rendições de efetivos.

As tropas portuguesas viram-se assim envolvidas num conflito que dificilmente compreendiam. A retaguarda era débil, as condições de emprego como força militar em operações extremamente fraca, o moral foi sempre baixo, mas no início de 1918 desceu a níveis insuportáveis. As unidades tinham falta de oficiais, a instrução tinha sido deficiente, o apoio não estava ao nível do de outras unidades do mesmo escalão. Os soldados não gozavam férias, estavam muito longe da sua terra, muitos nunca chegaram a compreender porque estavam naquela guerra.

A atividade militar na zona intensificou-se de forma gradual mas constantemente. O mês de março foi extremamente penoso para as unidades portuguesas. O número de combates em que unidades portuguesas se viram envolvidas foi muito superior ao habitual. Houve combates em 2, 7, 9, 12 e 18 de março, para além de pequenas escaramuças e contínuos bombardeamentos de artilharia.

Os comandos portugueses aperceberam-se desta situação, mas o comando britânico manteve a ideia de que o ataque principal que as forças alemãs preparavam não seria na região de Armentières. Mas em 6 de abril as tropas portuguesas receberam ordens para manterem na linha da frente apenas a 2.<sup>a</sup> Divisão, comandada por Gomes da Costa, passando para o comando do XI Corpo de Exército britânico. Na prática porém, a extensão da linha da frente manteve-se nos 12 km anteriores, sendo retirado um batalhão. Ou seja, a frente ficou com menos densidade de forças. O tempo também foi curto para consolidar as inevitáveis mudanças táticas resultantes desta decisão unilateral do comando britânico.

Mas o pior estava para vir. As visitas a 6 e 7 de abril do comandante do XI Corpo, general Hacking, ao comando da 2.<sup>a</sup> Divisão coincidiram com as notícias dos preparativos alemães e a constatação do nível moral e do estado físico das tropas portuguesas, o que levou o comando britânico à decisão lógica, que uma pruden-



te análise de situação já deveria ter aconselhado há bastante tempo. A 8 de abril foi dada ordem para a substituição da 2.<sup>a</sup> Divisão por uma divisão inglesa, movimento que deveria iniciar-se a 9 de abril. Era tarde e a decisão tardia desmoronou o moral das primeiras linhas portuguesas. Se a vontade de lutar e a disposição anímica era já extremamente baixa, a perspectiva de sair da frente anulou toda a capacidade de resistência e de comando. A situação só poderia conduzir a um desastre, se o ataque se realizasse exatamente nesse dia. Foi o que aconteceu.

O ataque alemão de 9 de abril inseriu-se na sua estratégia de rotura da frente em setores estreitos, com grande superioridade de meios. Os comandos alemães sabiam que seria a última oportunidade de o conseguirem. O ataque foi bem planeado, bem preparado e executado de forma eficaz. A preparação da artilharia foi longa e intensa. Os gases de combate foram usados da forma habitual. O assalto fez-se de acordo com os princípios táticos consolidados pela longa guerra de trincheiras – preparação de fogos, ataque frontal, envolvimentos, contrabateria, ataques profundos, consolidação do terreno conquistado.

A defesa do setor português, e de certa forma dos setores vizinhos, não pôde organizar-se de forma consistente. A capacidade de combate dos portugueses estava diminuída pelas condições do terreno, pelo desequilíbrio dos meios de combate e principalmente pela disposição psicológica das tropas.

Houve resistências, mas os confrontos foram pontuais e não duraram mais que escassas horas, o tempo necessário ao avanço das tropas alemãs. Em seis horas ruiu toda a resistência das primeiras linhas; ao fim do dia estava conquistado todo o setor português e consolidada a penetração alemã. Só em Lacouture um pequeno núcleo anglo-português resistiu até ao dia seguinte.

Como “Batalha do Lys”, “9 de abril”, “La Lys – a Batalha Portuguesa” ou outro título semelhante, os combates da manhã de 9 de abril de 1918 na frente ocupada pelo CEP encontram-se descritos e analisados em múltiplos textos.

### **A Marinha de Guerra**

Em relação à marinha de guerra, pode dizer-se que, nos anos que precederam a guerra, houve uma substancial alteração de conceitos estratégicos relacionados com a guerra no mar, e também em Portugal se assistiu ao surgimento de novas orientações, com mais ou menos reflexos no pensamento naval e na organização e meios navais.

A ideia de uma permanente aliança com a Inglaterra é constante, embora se preveja a possibilidade de a marinha inglesa ficar demasiado ocupada para poder auxiliar Portugal. Mas outras componentes não deixam de refletir-se na discussão interna, como a corrida naval, o crescente poder naval da Espanha e a transferência da esquadra britânica do Mediterrâneo para o Mar do Norte, na sequência dos acordos entre a França e a Inglaterra.

O conceito essencial evoluiu para a necessidade de uma esquadra com capacidade oceânica, à dimensão das possibilidades nacionais, que impedisse o bloqueio dos portos portugueses e assegurasse a ligação entre Lisboa e os Açores e, em consequência, a relação com as colónias.

O programa naval da República absorveu este conceito geral, embora na prática os objetivos fixados fossem impossíveis de atingir, dado o alto custo da opção. Mas o ambicioso plano republicano para a marinha de guerra acabou por ficar apenas no papel, até ao início das operações na Europa.

Contudo, alguma coisa foi mudando na Marinha Portuguesa. Tal como os programas navais de outros países, também em Portugal se pensou no papel dos contratorpedeiros que, apesar das polémicas suscitadas, começam a ser construídos no Arsenal em 1910, acabando Portugal por lançar três navios desta classe, antes da beligerância portuguesa, em 1916.

Também os submarinos viriam a fazer parte das preocupações dos responsáveis portugueses, sendo encomendada a primeira unidade a Itália, em 1910, recebida em Lisboa em 1913, com o nome de “Espadarte”. Portugal virá a receber ainda mais três submarinos em 1917, formando as quatro unidades a primeira esquadilha de submarinos portugueses, como principal elemento da defesa naval de Lisboa, a partir do início de 1918. Era, apesar de tudo, um avanço significativo.

Quando a guerra se inicia, a Marinha não está preparada para enfrentar as ameaças que se desenham. As principais preocupações, defesa dos portos contra ameaças de superfície e proteção das tropas expedicionárias para as colónias, dificilmente podiam ser asseguradas pelos meios da marinha portuguesa. Contudo, os navios existentes são utilizados para enfrentar os problemas de defesa e navegação, especialmente na proteção dos portos de Lisboa e Leixões, dos Açores e da Madeira, das comunicações, da navegação para as colónias e do apoio possível às operações em Moçambique.

### **Como Acabou a Guerra**

Vejamos o campo de batalha. O carro de combate e os primeiros meios aéreos foram a base técnica para vencer o imobilismo das trincheiras. No que respeita aos carros de combate, tanto os modelos ingleses como os franceses combinavam, desde o início, vários elementos indispensáveis – mobilidade (motor de explosão, combustível líquido, lagartas), proteção (blindagem contra armas ligeiras) e poder de fogo (metralhadoras ou peças de tiro rápido). A organização e a tática da sua utilização foram objeto de várias experiências, nem todas com êxito. As primeiras utilizações foram feitas ainda em 1916, mas sem grandes resultados práticos. A Alemanha, por opção própria, dificuldades de produção e colhendo ensinamentos das primeiras experiências aliadas, não chegou a dar grande importância a esta nova arma.

Mas o carro estava destinado a impor-se. Faltava aplicar-lhe um conceito novo – ligeiro, veloz, com tripulação reduzida. A França foi, neste sentido, pioneira, com o Renault FT, produzido aos milhares nos últimos meses de guerra (Telo, 2010b; Gomes, 2010).

Na contraofensiva aliada que se inicia em maio de 1918, os carros vão desempenhar um papel fundamental. Os mais pesados para abrir brechas na frente, através da sua capacidade de ultrapassarem as trincheiras, e os ligeiros para efetuarem a exploração do sucesso inicial. Não sendo estas iniciativas determinantes, como atos isolados, os aliados mantiveram neste período uma constante atividade na frente, procurando iniciar um ataque logo que o anterior era detido. Desta forma puderam esgotar a capacidade de resistência alemã, cujos comandos, a partir de agosto, admitiram a necessidade de encontrar uma solução política para a guerra.

Depois de La Lys, o que restou das tropas portuguesas foi distribuído por unidades inglesas, sendo os militares utilizados, de uma forma geral, em trabalhos braçais, como a construção de trincheiras. Tanto o general Tamagnini, enquanto manteve o comando, como o general Garcia Rosado, que o substituiu a partir de agosto, procuraram junto do governo português e do governo inglês, mas também junto do comando britânico, devolver alguma dignidade ao período final da presença das tropas portuguesas na frente ocidental.

Iniciaram-se desta forma novas negociações com as autoridades britânicas, que não conduziram a qualquer resultado satisfatório. O melhor que veio a conseguir-se foi negociado com os comandos britânicos em França, para a constituição de algumas unidades de escalão batalhão e companhia, que vieram a acompanhar a grande ofensiva aliada, integradas no 5.º Exército Britânico, comandado pelo general australiano Birdwood.

Foi assim que o Exército Português, mais por iniciativa no terreno de alguns dos seus comandos do que por empenho do governo de Lisboa, conseguiu ultrapassar com um resto de dignidade as contingências da sua presença na frente europeia, vindo depois a desfilar em Paris, quando ali se comemorou a vitória, em 14 de julho de 1919.

## Referências Bibliográficas

- Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (2010). *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. QuidNovi.
- Afonso, Aniceto (1989). “A Primeira Guerra Mundial e a Situação das Colónias Portuguesas. A intervenção de Portugal no conflito”, in Luís de Albuquerque (Dir.) (1989), *Portugal no Mundo*. Lisboa: Alfa, Vol.VI, pp. 282-294.
- Almada, José de (1946). *Convenções Anglo-alemãs Relativas Às Colónias Portuguesas*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

- Arrifes, Marco Fortunato (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa – Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN.
- Fraga, Luís Alves de (2010). “Portugal – Nem Neutralidade Nem Beligerância”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. QuidNovi, pp. 107-108.
- Gomes, Nuno Santa Clara (2010). “Carro de Combate – O Início de Uma Nova Era”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*. QuidNovi, pp. 483-487.
- Lettow-Vorbeck, von (1923). *As Minhas Memórias da África Oriental*. Évora.
- Proença, Maria Cândida (2009). “A Questão Colonial”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (Coord.) (2009), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, pp. 205-228.
- Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (Coord.) (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Telo, António José (2010a). “Em Direção À Guerra – Um Longo Caminho”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, QuidNovi, pp. 7-10.
- Telo, António José Telo (2010b), “O Fim da Guerra de Trincheiras”, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, QuidNovi, pp. 479-482.